



Responsabilidade Social Universitária: princípios e valores para o desenvolvimento humano

Por Adolfo Ignacio Calderón

Adolfo Ignacio Calderón é doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), coordenador do Núcleo de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Mogi das Cruzes (UMC), membro da equipe de avaliadores de cursos do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (Inep/MEC), membro do Conselho de Gestores do Programa Alfabetização Solidária, Conselheiro da Superintendência Executiva da Universidade Solidária e colaborador da ABMES para assuntos vinculados à extensão universitária e à responsabilidade social. Atuou como avaliador de projetos sociais do Grupo Energias do Brasil, do Banco Real, do Ministério da Educação (MEC), da Universidade Solidária, do Uniethos, entre outras organizações. É também membro do comitê científico do Fórum de Extensão das IES Particulares.
calderon@umc.br

Ao tratar a questão da Responsabilidade Social Universitária (RSU) muitas vezes os gestores universitários acabam confundindo-a com as atividades extensionistas de cunho comunitário, as chamadas ações comunitárias, devido a dois fatos concretos:

- a) a matriz do mundo empresarial que está atrelada à RSU no imaginário coletivo, por meio da qual as empresas socialmente responsáveis estariam vinculadas à execução de projetos de inclusão social;
- b) a abordagem demasiadamente abrangente feita pelo Estado, gerando múltiplas interpretações. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) afirma que a responsabilidade social refere-se à contribuição das instituições de ensino superior (IES) em relação à "inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural".

A partir dessa realidade, convém ressaltar que a RSU não pode ser confundida com a mera execução de projetos sócio-ambientais, nem com meras estratégias apelativas de marketing ou simples maquiagem social especialmente preparada para os avaliadores do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (Inep/MEC) (CALDERÓN, 2005).

As práticas acadêmicas das IES não podem ser confundidas com as ações executadas por ONGs, entidades assistencialistas, instituições de filantropia ou qualquer outra entidade que interage no universo do Terceiro Setor.

As IES, na sua maioria, são empreendimentos educacionais com a missão de se tornarem espaços de formação e capacitação dos recursos humanos necessários para o desenvolvimento do país (CALDERÓN, 2004).

Neste sentido, considerando esta finalidade institucional, falar da RSU significa falar do compromisso permanente que as IES deveriam ter para cumprir sua missão, isto é, a garantia de boa qualidade de ensino para os cidadãos que adquirem os serviços educacionais por elas oferecidos, seja no âmbito da graduação ou da pós-graduação.

Concretamente, falamos do afastamento de qualquer prática intencionalmente direcionada ao estelionato acadêmico e da contínua busca da excelência como parte do ethos da instituição de ensino superior.

Falar de boa qualidade de ensino também é uma afirmação vaga e genérica.

Neste sentido, dois enfoques destacam-se:

- a) as especificidades dos produtos educacionais na transmissão de princípios e valores;
- b) o desenvolvimento de habilidades e competências técnicas necessárias para a inserção dos futuros profissionais no mercado.

Lembremos que papas, reis, príncipes, ditadores, democratas lutaram pelo controle das IES; Napoleão, Hitler e, no Brasil, os militares tomaram sob controle as rédeas das IES, principalmente as universidades.

Por que as IES tornam-se objeto de desejo para as pessoas que estão no poder ou querem conquistar o poder? Por que exercem tanto fascínio?

Várias podem ser as respostas, mas preferimos ficar com uma delas: as IES são poderosos espaços de transmissão ideológica. São espaços de formação de massa crítica e de cabeças pensantes de um país.

Que valores vamos transmitir a essas cabeças pensantes? Uma cultura de ódio ou uma cultura de paz? Que país queremos construir? Que cidadãos queremos formar? Principalmente, que profissionais queremos formar?

As famílias fazem pesados investimentos e sacrifícios para financiar estudos de seus filhos, no âmbito da educação superior, em busca de melhores condições de vida, por meio da ampliação das condições de empregabilidade. As famílias procuram nas IES perspectivas de ascensão social por meio de uma formação profissional.

Daí, o compromisso que as IES devem ter com a qualidade dos produtos e serviços ofertados, uma vez que possuem uma especificidade que perpassa, por sua dimensão pública, as atividades de interesse público.

O poder das IES é imensurável. O mundo vive acelerados processos de mudanças.

Tempos incertos e intempestuosos. Nesse sentido, falar de RSU significa fazer referência a princípios e valores direcionados ao desenvolvimento humano que devem sustentar, iluminar e nortear qualquer empreendimento educacional que podem ser agrupados em três grandes dimensões (JIMENEZ DE LA JARA, 2006):

- a) Dimensão universitária: excelência acadêmica; compromisso com a verdade; interdependência e transdisciplinaridade;
- b) Dimensão pessoal: dignidade das pessoas; integridade e honestidade; liberdade;
- c) Dimensão social: bem comum e equidade social; desenvolvimento sustentável; aceitação e apreço à diversidade; sociabilidade e solidariedade; cidadania, democracia e participação.

O grande desafio está em transformar esses princípios e valores em pilares que sustentem toda a estrutura gerencial das IES e orientem os projetos de desenvolvimento institucional, os projetos pedagógicos institucionais e os projetos pedagógicos dos cursos.

Falamos de referenciais éticos no meio das incertezas, não somente da práxis dos empreendimentos educacionais, mas também da vida de cada um dos atores que interagem direta ou indiretamente com uma IES socialmente responsável.

A preocupação é precisamente dar concretude a esses princípios e valores no cotidiano da vida acadêmica, balizando as atividades em sala de aula, as práticas docentes, as relações gerenciais e as pesquisas científicas. Este último, no caso das universidades ou IES vocacionadas para esse fim.

Sob esta ótica, os gestores das IES devem estar atentos ao chamado "currículo oculto", conceito desenvolvido por Apple (1982) e citado por Vallaeys (2006):

“conjunto de normas e valores que são implícita, mas eficazmente, ensinados nas instituições escolares, dos quais em geral não se costuma falar quando da enunciação das finalidades e dos objetivos dos professores”. Neste sentido, é fundamental buscar a coerência ética que deve existir entre o discurso e a prática administrativa e acadêmica na educação superior.

A respeito deste assunto, Vallaeys (2006) aponta que existem realidades acadêmicas diversas que negam, na prática, os valores ligados à solidariedade e ao desenvolvimento eqüitativo e sustentável que são ensinados em sala de aula.

Ele questiona, por exemplo: de que adiantam os discursos sobre os cuidados com o meio ambiente se a universidade não se obriga a usar papel reciclado?

De que adianta ensinar em sala de aula a importância da vida democrática e da participação se, muitas vezes, não há transparência nem espaços de participação para os alunos e para os professores universitários?

Da mesma forma questionamos, de que adianta ensinar o respeito aos direitos das pessoas com necessidades especiais, se as universidades não desenvolvem ações específicas de inclusão social, que começam pela adaptação da infra-estrutura para as cadeiras de rodas? Ou ainda, ensinar a importância da luta contra o racismo, se há resistências veladas para a contratação de docentes negros?

Ou ainda pregar o respeito aos idosos se a universidade não possui uma política institucional de respeito e valorização de seus professores e funcionários idosos?

Como afirma Wagenberg (2006), a luta para a formação de líderes éticos e solidários estará perdida se as IES continuarem com seu duplo discurso – ensinam em sala-de-aula ética e responsabilidade social mas se envolvem em práticas contrárias à sua missão.

Falar de RSU significa falar de princípios e valores. As ações comunitárias das quais falamos no início deste artigo somente possuem sentido se direcionadas para atingir a missão das IES, ou seja, formar os recursos humanos, as cabeças pensantes que o país precisa para seu desenvolvimento. E nisso, o setor privado de educação superior, tem uma responsabilidade inadiável, uma vez que ele representa 90% do total das IES brasileiras, reúne as quatro maiores universidades em termos de números de alunos matriculados, atende aproximadamente a 2,7 milhões de alunos e tem mais de 70% dos alunos matriculados do país como um todo (CALDERÓN, 2006).

Neste contexto, as ações comunitárias tornaram-se práticas acadêmicas por excelência, que possibilitam não somente o aperfeiçoamento das competências técnicas, mas também o desenvolvimento de valores e princípios direcionados ao desenvolvimento humano. Assim, somente assim, as parcerias em projetos de inclusão social, com ONGs, igrejas, entidades assistenciais, instituições de filantropia ou qualquer outra entidade que interagem no universo do Terceiro Setor, ganham sentido, pertinência e relevância.

Deve-se registrar que as ações comunitárias das IES são formas de intervenção social que não concorrem com práticas de outras organizações da sociedade civil que atuam na área social. Distante de competir, complementa, fortalece e aprimora as iniciativas governamentais e da sociedade civil em projetos de interesse público. Trata-se de práticas acadêmicas que quebram os muros da sala de aula e dos laboratórios de pesquisa para se tornar ação sistemática geradora de conhecimentos.

Não são conflitantes com as práticas assistencialistas. Antes de ensinar a ler e a escrever, muitas vezes é necessário um prato de comida para saciar a fome.

Deve-se perder o preconceito contra o assistencialismo, que constitui-se um meio e nunca um fim (CALDERÓN & VARGAS, 2004).



As práticas acadêmicas não são meros reflexos de estratégias de marketing institucional. São ou deveriam ser, reflexos dos princípios e valores que alicerçam a práxis educacional das IES, fruto do cumprimento da sua Responsabilidade Social.

Referências Bibliográficas

APPLE, Michael. Ideologia e currículo. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio. Repensando o papel da universidade. RAE-Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 44, n. 2, abr./jun. 2004.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio. Responsabilidade social: desafios à gestão universitária. Estudos, Brasília, DF, ano 23, n. 34, p. 13-39, abr. 2005.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio. Responsabilidade social universitária: Contribuições para o fortalecimento do debate no Brasil. Estudos, Brasília, DF, ano 24, n. 36, jun. 2006.

CALDERÓN, A. I. ; VARGAS, E. . Universidade Solidária: práticas e alternativas metodológicas para o trabalho comunitário. Revista Brasileira de Extensão Universitária, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, 2004.

JIMÉNEZ DE LA JARA, Mónica et al. Responsabilidade universitária: uma experiência inovadora na América Latina. Estudos, Brasília, DF, ano 24, n. 36, jun. 2006.

VALLAEYS, François. Que significa responsabilidade social universitária?. Estudos, Brasília, DF, ano 24, n. 36, jun. 2006.

WAGENBERG, Alan. A urgência da responsabilidade social universitária. Estudos, Brasília, DF, ano 24, n. 36, jun.2006.